

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

CATEDRÁTICO DA CLÁSSICA DE LISBOA



DIREITO DOS SEGUROS

2.^a EDIÇÃO
(REVISTA E ATUALIZADA)

317.424
C79M
2. ed.

DIREITO DOS SEGUROS

AUTOR
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Rua Fernandes Tomás n.ºs 76-80
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO
EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
NORPRINT – A Casa do Livro

Janeiro, 2016

DEPÓSITO LEGAL
405110/16

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo,
sem prévia autorização escrita do Editor,
é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

CORDEIRO, António Meneses, 1953-
Direito dos Seguros – 2.ª ed., rev. e atualizada
ISBN 978-972-40-6428-4
CDU 347

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
1057252	2/12/16

1057252

ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor no domínio do Direito dos seguros	7
Advertências	9
Índice geral	11

PARTE I – PRELIMINARES

CAPÍTULO I – O DIREITO DOS SEGUROS

§ 1.º Introdução

1. O Direito dos seguros	33
2. Os três pólos	34
3. Divisões básicas e sistema de exposição	35
4. Papel e importância	37

§ 2.º Estado atual

5. Situação jurídico-científica	40
6. Bibliografia lusófona	42
7. Bibliografia estrangeira	45
8. Revistas e <i>internet</i>	48

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-DOG MÁTICA

§ 3.º Antiguidade e Direito romano

9. As origens	49
10. Antecedentes orientais; a Babilónia	50
11. A Grécia antiga	52
12. Roma; o <i>phoenus nauticum</i>	54
13. Esquemas assistenciais	58

§ 4.º A Idade Média e a Idade Moderna

14. A origem medieval	59
15. A proibição da usura	61
16. A Idade Moderna; expansão comercial e bases científicas	63

§ 5.º O surgimento contemporâneo do Direito dos seguros

17. As dificuldades jurídico-culturais	68
18. A experiência francesa	71
19. A experiência alemã	73

CAPÍTULO III – A HISTÓRIA DOS SEGUROS NO ESPAÇO LUSÓFONO**§ 6.º Das origens às codificações oitocentistas**

20. D. Dinis (1293) e D. Fernando (1371)	77
21. A Feitoria da Flandres, as misericórdias e o escrivão dos seguros (séc. XVI)	80
22. Pedro de Santarém e o Tratado dos Seguros (1552)	83
23. Do ofício de corretor de seguros (1578) à Nova Casa dos Seguros	85

§ 7.º As codificações comerciais

24. A pré-codificação	89
25. O Código Ferreira Borges (1833)	93
26. O Código Comercial brasileiro (1850)	98
27. O Código Veiga Beirão (1888)	100

§ 8.º A doutrina lusófona e a evolução legislativa

28. Aspectos gerais; os clássicos	103
29. As leis mutualísticas	106
30. Os seguros obrigatórios	109
31. A supervisão dos seguros	112
32. A experiência brasileira	114
33. A experiência angolana	116
34. A experiência cabo-verdiana	118
35. A experiência macaense	121
36. A experiência moçambicana	122
37. A experiência santomense	123
38. Conspecto geral	124

CAPÍTULO IV – SISTEMAS DE SEGUROS E DIREITO EUROPEU

§ 9.º Sistemas de seguros

39. Generalidades; o Direito inglês	127
40. O Direito alemão	130
41. Os Direitos francês e italiano	132
42. Síntese	134

§ 10.º Direito europeu dos seguros

43. Bases gerais e evolução	136
44. As fontes comunitárias na área da supervisão	139
45. A reforma de 2009/2014 (Solvência II)	143
46. A Autoridade Europeia de Supervisão (EIOPA)	148
47. Organismos e entidades internacionais	150
48. O Direito material dos seguros	151
49. Um Código europeu dos seguros? Os PEICL	153

PARTE II – OS SEGURADORES

CAPÍTULO I – AS ENTIDADES SEGURADORAS EM GERAL

§ 11.º Evolução histórica

50. As primeiras companhias (séc. XVIII)	161
51. O século XIX	163
52. O século XX e a supervisão	165
53. A nacionalização de 1975	170
54. A reprivatização	174

§ 12.º O regime vigente

55. Conspecto geral	177
56. O objeto das seguradoras	179
57. A exclusividade; natureza financeira; atividades conexas	183
58. O objeto das resseguradoras	184
59. A capacidade	185

§ 13.º Autorização, registo, vicissitudes e supervisão

60. Autorização e registo	189
---------------------------------	-----

61. Vicissitudes e supervisão	189
62. Situações especiais e papel das sociedades anónimas	190

CAPÍTULO II – AS SOCIEDADES ANÓNIMAS DE SEGUROS

§ 14.º Fontes e elementos essenciais

63. Fontes; o papel do Código das Sociedades Comerciais	193
64. A firma	195
65. Objeto e constituição	196
66. A sede e as formas locais de representação	199
67. O capital social	202

§ 15.º A administração e a fiscalização

68. O relevo da administração	206
69. O papel da fiscalização	207
70. Os modelos	211
71. Os membros dos órgãos	212
72. Sistemas de governação e códigos de conduta	214

§ 16.º A dissolução e a liquidação

73. As regras gerais	219
74. A caducidade e a revogação da autorização	220

§ 17.º As sociedades seguradoras portuguesas

75. As empresas de seguros existentes	222
---	-----

CAPÍTULO III – AS MÚTUAS DE SEGUROS

§ 18.º O mutualismo

76. Da tradição medieval ao mutualismo oitocentista	257
77. O movimento cooperativo	259
78. O Direito atual	261
79. A confluência com as mútuas de seguros e as caixas económicas; óbices...	266

§ 19.º As mútuas de seguros

80. Constituição, forma, objeto e fontes	268
81. As normas do RGAS aplicáveis	269
82. As mutualidades existentes	269

CAPÍTULO IV – AS SITUAÇÕES INTERNACIONAIS**§ 20.º Empresas portuguesas na União**

83. Generalidades; o passaporte comunitário	271
84. Notificação e comunicação	272
85. Início de atividade e natureza das sucursais	273

§ 21.º Empresas da União Europeia em Portugal

86. Condições gerais	275
87. Início de atividade, alterações e contribuições	276
88. Sucursais, em Portugal, de seguradoras europeias	276

§ 22.º Empresas exteriores à União Europeia em Portugal

89. Autorização prévia específica	285
90. Procedimento e mandatário geral	285
91. Outras regras e empresas suíças	287
92. Sucursais existentes	287

PARTE III – A SUPERVISÃO DOS SEGUROS**CAPÍTULO I – A SUPERVISÃO DOS SEGUROS:
NOÇÕES BÁSICAS E EVOLUÇÃO****§ 23.º A regulação em geral**

93. A regulação económica	291
94. Origem e evolução	293
95. O teor e as modalidades	296
96. O conteúdo da regulação	299
97. Prós e contras	300
98. A Lei-Quadro dos Reguladores	301

§ 24.º Necessidade e evolução

99. As insuficiências do mercado	305
100. O surgimento da supervisão dos seguros	306
101. Níveis europeus	307

§ 25.º A evolução em Portugal

102. A supervisão dos seguros até 1982	309
103. O Instituto de Seguros de Portugal	313
104. As supervisões integrada e complementar e a evolução do RGAS	320
105. As reformas de 2009, 2010 e 2011; balanço	322

CAPÍTULO II – O REGIME DA SUPERVISÃO**§ 26.º Quadro básico**

106. O RGAS de 1998	327
107. Os Estatutos da Autoridade de Supervisão de Seguros	328
108. O RGAS de 2015; objetivos	328
109. Segue; o conteúdo	329
110. A dispersão sistemática e a reconstrução dogmática	333
111. A natureza pública	338

§ 27.º A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

112. O ex-Instituto de Seguros de Portugal	340
113. A orgânica do ex-ISP	342
114. A supervisão do ex-ISP	344
115. A Autoridade de Supervisão de Seguros (ASF) de 2015	345
116. O Conselho de Administração da ASF e a supervisão	346
117. Aspetos orgânicos	348

CAPÍTULO III – A DINÂMICA DA SUPERVISÃO DOS SEGUROS**§ 28.º As vicissitudes das seguradoras**

118. A constituição	351
119. As participações e as suas transmissões	353
120. A supervisão complementar	355
121. Alterações e extinção	358

SECCÃO I – O RGAS de 1998

122. Relevô	360
-------------	-----

§ 29.º As garantias prudenciais no RGAS de 1998

123. Quadro geral	360
124. Provisões técnicas	361
125. Margem de solvência	363
126. Fundo de garantia	365

§ 30.º Fiscalização e insuficiência das garantias financeiras

127. A fiscalização	366
128. O risco de insuficiência	367
129. A situação de insuficiência	367
130. Dimensões transfronteiriças	369
131. A revogação da autorização e a insolvência	370

§ 31.º As garantias prudenciais das resseguradoras

132. Aspectos gerais	372
133. As garantias das resseguradoras	372
134. A fiscalização, o risco de insuficiência e a insuficiência	373

§ 32.º O endividamento

135. Princípio e regime geral	375
136. Regime especial	376
137. Outras regras	377

SECCÃO II – O RGAS de 2015

§ 33.º Condições financeiras das empresas de seguros

138. O RGAS de 2015	379
139. Regras gerais	380
140. Avaliação dos elementos do ativo e do passivo	381
141. Provisões técnicas	381
142. Fundos próprios	382

143. Capital de solvência e capital mínimo	382
144. Investimentos	381

§ 34.º Supervisão de grupos

145. O RGAS de 2015	384
146. Noções básicas	385
147. Condições financeiras e sistemas de governação	387
148. Medidas para facilitar a supervisão	387

§ 35.º Recuperação e liquidação

149. Panorama geral do RGAS de 2015	389
150. Prevenção e recuperação	390
151. A liquidação	391

CAPÍTULO IV – A SUPERVISÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO

§ 36.º A regulação dos contratos

152. A necessidade de regulação	393
153. O sistema do RGAS de 1998	395
154. O RGAS de 2015	396
155. Os limites	397

§ 37.º As áreas de regulação

156. Generalidades; a tipicidade dos ramos	399
157. Os seguros obrigatórios e os restantes	400
158. A conduta do mercado; a concorrência	401
159. Transferência de carteira e sigilo profissional	403

PARTE IV – A MEDIAÇÃO DOS SEGUROS

CAPÍTULO I – A MEDIAÇÃO EM GERAL

§ 38.º Noções básicas e evolução

160. Noções básicas	407
161. Direito romano e Direito intermédio	409

162. Os Direitos nacionais modernos	411
163. Codificações civis e comerciais; justificações da figura	414

§ 39.º A especialização

164. Mediação mobiliária; intermediação financeira	417
165. Mediação dos seguros (remissão)	419
166. Mediação imobiliária	419
167. Mediação monetária	425
168. Mediação de jogos sociais do Estado	426

§ 40.º Dogmática geral

169. Aceções e modalidades	427
170. Mediação civil e mediação comercial	429
171. Mediação típica e mediação atípica	431
172. Figuras afins	432

§ 41.º Regime e natureza

173. Requisitos	435
174. Cláusulas típicas e boa-fé	437
175. A retribuição	439
176. A cessação	442
177. Características e natureza	443

CAPÍTULO II – A MEDIAÇÃO DOS SEGUROS

§ 42.º Generalidades, Direito europeu e evolução lusófona

178. Aspetos gerais	445
179. Direito europeu	447
180. Evolução lusófona	450

§ 43.º As fontes em vigor

181. A Lei n.º 10/2006, de 4 de abril	454
182. O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho	455
183. A regulamentação do ex-ISP	456

§ 44.º O Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho

184. Sistema e alterações	458
185. Disposições gerais	459

§ 45.º Os requisitos dos mediadores

186. O acesso	462
187. A especialização e o acesso	464
188. O exercício	466
189. O registo	468

§ 46.º Supervisão, sanções e outros aspetos

190. A supervisão	471
191. As sanções	472
192. Disposições finais e transitórias	473
193. Problemas de aplicação	475

PARTE V – O CONTRATO DE SEGURO**CAPÍTULO I – O DIREITO MATERIAL DOS SEGUROS****§ 47.º Parâmetros gerais**

194. Contrato de seguro e Direito material dos seguros	479
195. Direito material dos seguros	481
196. A integração de lacunas; o Direito subsidiário	484
197. O título de aplicação do Direito civil (ou comercial)	486
198. A interpretação e a aplicação	487
199. O papel das condições gerais dos seguros (cgs)	489

§ 48.º Direito internacional privado dos seguros

200. Os valores internacionais privados e a sua renovação	491
201. O DIP dos seguros; a evolução europeia	494
202. Roma I (2008)	501
203. Evolução lusófona	505
204. Síntese: a aplicação temporal do DIP dos seguros	508

§ 49.º As normas imperativas

205. O princípio geral da autonomia privada	510
206. A imperatividade absoluta	512
207. A imperatividade relativa	514
208. Seguros proibidos	516
209. Práticas discriminatórias	519

CAPÍTULO II – OS ELEMENTOS DO CONTRATO**§ 50.º As partes e os terceiros**

210. O segurador	525
211. A representação aparente do segurador	527
212. O tomador do seguro	528
213. O segurado	530
214. Os (outros) beneficiários; cautelas terminológicas	533

§ 51.º O risco

215. O risco no Direito civil	535
216. O risco no seguro	537
217. A falta ou a supressão do risco	541
218. Outros pontos de relevância do risco	544

§ 52.º O interesse

219. Generalidades; quadro terminológico	546
220. O interesse no Direito civil	551
221. O interesse no Direito dos seguros: origem e evolução	557
222. Evolução subsequente; o interesse restrito	560
223. A evolução lusófona	563

CAPÍTULO III – A RELAÇÃO DE SEGURO**§ 53.º Prémio, cobertura de risco e indemnização**

224. Generalidades	569
225. O prémio	571
226. A cobertura do risco	572
227. O sinistro e a indemnização	577

§ 54.º A relação global de seguro

228. Generalidades; o <i>instrumentarium</i> disponível	579
229. Uma relação duradoura	582
230. Os encargos (<i>Obliegenheiten</i>)	584
231. Da relação complexa à relação geral	590

§ 55.º Função e natureza do seguro

232. A função do seguro	594
233. A natureza sinalagmática	596
234. A onerosidade e a aleatoriedade	599
235. Dimensões para-fiscal e financeira	600

CAPÍTULO IV – A FORMAÇÃO DO CONTRATO**SECÇÃO I – OS DEVERES DE INFORMAÇÃO****§ 56.º O sistema de fontes relativas à informação**

236. Generalidades; a <i>culpa in contrahendo</i> (<i>cic</i>)	603
237. Os diplomas dos seguros	605
238. As condições gerais, a tutela do consumidor e os contratos à distância	607
239. Quadro geral das informações em Direito	610
240. A articulação das fontes e a sua dogmatização	612
241. Natureza e limites; o direito à legítima ignorância	616

§ 57.º Os deveres de informação do segurador

242. As informações a prestar	618
243. O modo de prestar informações	621
244. O dever especial de esclarecimento	623
245. O incumprimento; a aplicabilidade do Direito civil	624

§ 58.º Os deveres de informação do tomador ou do segurado

246. Generalidades; as reticências (Código Veiga Beirão)	627
247. A declaração inicial do risco	631
248. Reticências dolosas	635
249. Reticências negligentes	639

 SECÇÃO II – A ADEÇÃO ÀS CONDIÇÕES GERAIS DOS SEGUROS

§ 59.º Os seguros e as condições gerais

250. As condições gerais dos seguros; funções	641
251. Dogmática básica e perigos envolvidos	644
252. Evolução geral; leis específicas; Direito europeu	646

§ 60.º A Lei de 1986

253. Antecedentes, aspetos gerais e evolução	654
254. Âmbito e inclusão nos contratos singulares	659
255. Cláusulas prevalentes e cláusulas excluídas	666
256. Interpretação e integração	668

§ 61.º Condições gerais nulas e proibidas

257. Nulidade e proibição; sistema geral	671
258. A proibição por contrariedade à boa-fé	675
259. As condições gerais proibidas	678
260. A ação inibitória e a sua importância	684
261. As regras legais específicas	687
262. A prática portuguesa	688
263. Os contratos de seguros pré-formulados	689

§ 62.º Contratação eletrónica

264. A contratação por computador e pela <i>internet</i>	694
265. Seguros à distância	700
266. Balanço	703

SECÇÃO III – CONCLUSÃO E FORMA DO CONTRATO

§ 63.º A conclusão do contrato

267. A técnica seguradora; a “proposta”	705
268. O silêncio do segurador	706
269. A mediação	708
270. A representação aparente	710
271. As mensagens publicitárias	711

§ 64.º A forma do contrato e a apólice

272. O regime do Código Veiga Beirão (1888)	714
273. Forma e apólice no Direito vigente	717
274. Emissão e entrega; a consolidação	718
275. Redação, língua e texto	720
276. Apólice nominativa, à ordem e ao portador	721

CAPÍTULO IV – O CONTEÚDO DO CONTRATO**§ 65.º Princípios gerais**

277. O conteúdo	723
278. A tipicidade dos ramos	725
279. O risco e o interesse	728
280. Condições gerais, especiais e particulares; exclusões	729
281. Atos dolosos	731
282. Seguro por conta própria e por conta de outrem	732
283. Dever de sigilo e comunicações	736

§ 66.º O prémio

284. Noção e características	738
285. Aspectos gerais e evolução	740
286. O regime do Decreto-Lei n.º 142/2000 (versão 2005)	743
287. Modo de pagamento	745
288. Vencimento e mora	748
289. Prescrição	750

§ 67.º O sinistro e a indemnização

290. Noção	751
291. A participação	752
292. A indemnização (pagamento)	754
293. A sub-rogação do segurador	757

CAPÍTULO V – VICISSITUDES E CESSAÇÃO DO SEGURO**§ 68.º As vicissitudes**

294. A alteração do risco	761
---------------------------------	-----

295. A transmissão do seguro	762
296. A insolvência do tomador ou do segurado	764

§ 69.º A vigência

297. Produção de efeitos e duração	765
298. Prorrogação	765

§ 70.º A cessação

299. Modos de cessação e efeitos	767
300. A caducidade	768
301. A revogação	769
302. A denúncia	770
303. A resolução	772
304. A livre resolução pelo tomador	774

CAPÍTULO VI – A PLURALIDADE DE PARTES

§ 71.º O cosseguro

305. Evolução recente	777
306. Noção, apólice única e regime de responsabilidade	778
307. O cossegurador líder e o funcionamento do cosseguro	779
308. O cosseguro comunitário	781

§ 72.º O resseguro

309. Noção, forma e regime subsidiário	783
310. Efeitos perante terceiros	784

§ 73.º O seguro de grupo

311. Noção e disposições gerais	785
312. A cessação	786
313. Seguro de grupo contributivo	787

PARTE VI – OS SEGUROS EM ESPECIAL

314. Ordenação e sequência	791
----------------------------------	-----

CAPÍTULO I – OS SEGUROS DE DANOS**§ 74.º Princípios gerais**

315. A noção de dano	793
316. O dano no seguro; danos morais	795
317. A identificação; vícios da coisa e seguro conjunto	797
318. Afastamento e mitigação do dano	799

§ 75.º O princípio indemnizatório

319. Conspecto geral; a materialidade	802
320. Os salvados	803
321. Interesse seguro e autonomia privada	804
322. O sobresseguo e a pluralidade de seguros	806
323. O subseguro e a atualização	808
324. A sub-rogação pelo segurador	809

§ 76.º Seguro de responsabilidade civil

325. Noção, âmbito e cobertura	811
326. Defesa jurídica, dolo e pluralidade de lesados	812
327. Bónus e agravamentos	814
328. Regresso contra o tomador ou o segurado	816
329. Prescrição dos direitos do lesado	818
330. Seguros obrigatórios	819

§ 77.º Seguro de incêndio

331. Generalidades e antecedentes	821
332. Noção; seguros obrigatórios	823
333. Âmbito e apólice	823

§ 78.º Seguro de colheitas e pecuário

334. Seguro de colheitas; noções gerais; fontes	825
335. Seguro pecuário	826
336. Apólice	827

§ 79.º Seguro de transporte de coisas

337. Generalidades e antecedentes	828
338. Âmbito, legitimidade e período de cobertura	829
339. Apólice, capital seguro e pluralidade de transportes	830

§ 80.º Seguro financeiro

340. Aspetos gerais e antecedentes	832
341. O seguro de crédito e o seguro-caução	834
342. Reembolso e remissão	835

§ 81.º Seguro de proteção jurídica

343. Noção e âmbito	836
344. Contrato, menções e arbitragem	837

§ 82.º Seguro de assistência

345. Noção e exclusões	838
------------------------------	-----

CAPÍTULO II – OS SEGUROS DE PESSOAS**§ 83.º Princípios gerais**

346. Generalidades; o objeto	839
347. Declarações e exames médicos	840
348. A apólice	842
349. Pluralidade de seguros e sub-rogação	842

§ 84.º Seguro de vida

350. Noção e âmbito	843
351. Informações e apólice	843
352. O risco e o seu agravamento; exclusões	845
353. Direitos e deveres das partes; a transmissão	846
354. Designação beneficiária e pagamento do prémio	847

355. Participação nos resultados e captação de aforro	848
356. Operações de capitalização	849

§ 85.º Seguro de acidente e de saúde

357. Seguro de acidentes pessoais	852
358. Seguro de saúde	852

CAPÍTULO III – O SEGURO DE RESPONSABILIDADE AUTOMÓVEL

359. Enquadramento	855
--------------------------	-----

§ 86.º Problemática geral dos acidentes de viação

360. Motorização, sinistralidade e Direito	856
361. As imputações básicas de responsabilidade	860
362. A aplicação da comissão (501.º, do Código Civil)	860
363. A responsabilidade pelo risco	865
364. Os beneficiários da responsabilidade	868
365. A exclusão de responsabilidade	869
366. A colisão de veículos	870
367. A solidariedade	871
368. Limites máximos e o seguro obrigatório	872

§ 87.º Evolução e Direito europeu

369. O seguro e a sua evolução	874
370. Direito europeu	877
371. O Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto	880

§ 88.º O seguro obrigatório

372. Âmbito, contratação e prova	883
373. A regularização de sinistros	885
374. O Fundo de Garantia Automóvel	880

§ 89.º O montante da indemnização

375. O problema; a tutela da Constituição	891
---	-----

376. A série negra	893
377. A Portaria n.º 679/2009, de 25 de junho	896
378. Dados jurisprudenciais recentes	898
Índice de jurisprudência	903
Índice onomástico	915
Índice bibliográfico	929
Índice ideográfico	967